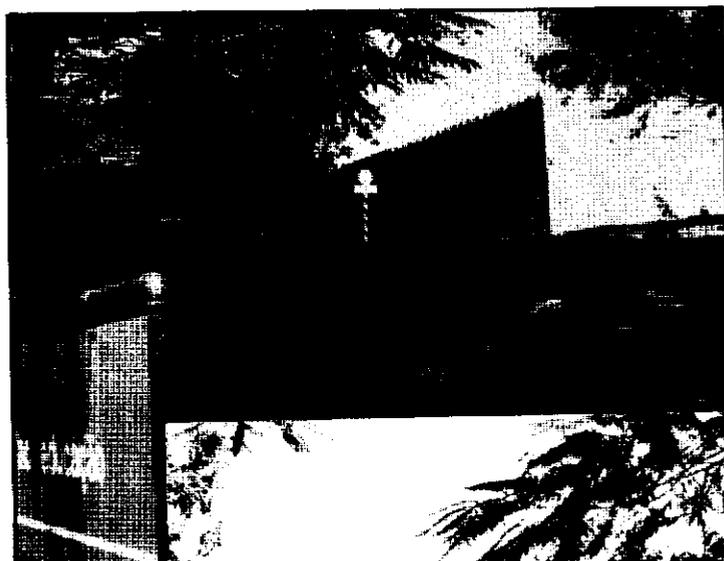


A formação do educador na proposta curricular da Faculdade de Educação da UFMG*

Maria Ignez Saad Bedran **



* Artigo baseado no documento encaminhado ao Conselho de Graduação e à Coordenação de Ensino e Pesquisa da UFMG, em outubro de 1985.

** Professora Adjunta do Departamento de Administração Escolar; Coordenadora do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Pedagogia.

O questionamento do currículo do curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais remonta a 1973, mas era uma crítica incipiente. Nessa época, o currículo oferecia cinco habilitações – Administração Escolar de 1º e 2º Graus, Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus, Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau e Orientação Educacional –, das quais as três primeiras estruturavam-se em licenciaturas curtas e plenas. Com o correr dos anos, os problemas, agora mais evidentes, começaram a ser trabalhados em diversas perspectivas, o questionamento se tornou mais consistente e as discussões sobre o assunto mais sistemáticas.

Em 1983, a idéia de reformulação curricular ganhou novo alento e o Colegiado de Curso, decidindo coordenar a mudança do currículo, mobilizou a Faculdade – congregando professores, alunos e ex-alunos – e organizou seminários, debates, assembleias, etc, que se prolongaram até setembro de 1985. Foi um trabalho lento, conquistado etapa por etapa, pois a estratégia adotada impunha o envolvimento de toda a unidade, mediante um trabalho participativo que garantisse o compromisso da Faculdade de Educação com a proposta.

Com base nas discussões anteriores, em 1983, algumas diretrizes já estavam claras para o Colegiado: a extinção da licenciatura de curta duração; o repúdio à pulverização configurada nas habilitações oferecidas; o compromisso com a formação do professor; a importância da vinculação teoria-prática. Acreditava-se, também, que a modificação curricular poderia ser feita sem implicar rejeição total às determinações do Parecer nº 252/69 e da Resolução nº 02/69 do Conselho Federal de Educação. Era viável, não só dar um novo enfoque às habilitações previstas pelo Conselho, mas também corrigir falhas apresentadas pelo sistema de habilitações, sem caminhar para a proposta de um currículo experimental. Tal decisão considerou a forma de organização que o trabalho pedagógico tem assumido nas escolas mineiras de 1º e 2º Graus, sobretudo na rede pública, porém sem que isso significasse uma aceitação incondicional do modelo. Finalmente, não havia interesse em uma proposta de vanguarda; o novo currículo deveria refletir as condições efetivas e as possibilidades de a Faculdade executá-lo a contento e expressar seu

posicionamento a respeito de questões colocadas como prioritárias para os educadores.

O currículo novo, aprovado pela Coordenação de Ensino e Pesquisa da UFMG em dezembro de 1985, abrange sete habilitações: Magistério para o 1º Grau, Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Educação de Adultos, Educação Pré-escolar, Administração Escolar de 1º e 2º Graus, Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus e Orientação Educacional.

O pedagogo formado pela Faculdade de Educação obterá, ao término do curso, duas habilitações plenas. Fará, obrigatoriamente, a habilitação Magistério, podendo optar entre ser professor de matérias pedagógicas do ensino de 1º Grau ou das séries iniciais do ensino de 1º Grau. A segunda habilitação dependerá de sua escolha entre as outras cinco existentes.

Esse currículo, a ser integralizado em oito (curso diurno) e dez (curso noturno) semestres, compreende um total de 2790 (duas mil, setecentas e noventa) horas e 168 (cento e sessenta e oito) créditos.

1 – FUNDAMENTOS

A proposta da Faculdade de Educação representa uma tentativa de abordagem globalizante dos fenômenos educacionais, na medida em que incorpora as relações existentes entre o processo ensino-aprendizagem, o processo educativo mais amplo e as dimensões social, econômica e política do contexto em que ocorrem.

A ênfase na habilitação de especialistas levou à perda de uma visão sintética e holística do fenômeno educativo, não só porque se baseou no falso princípio de que a soma das partes produz o todo, mas também porque o próprio processo educacional – e escolar – ganhou determinações específicas, como a compartimentalização do trabalho pedagógico em tarefas de concepção e de execução. Acrescente-se a esses fatores o alheamento de muitos cursos de Pedagogia face às novas formas de educação geradas pela sociedade civil.

Portanto, uma proposta curricular que pretenda repor a questão da síntese e do todo precisa, não apenas reconhecer as novas determinações advindas do movimento social, mas também, e principalmente, expressá-las de modo

superador. Assim, a formação do educador deve abranger não só uma gama de conhecimentos, mas uma postura ante a realidade que lhe permita transcender o fenômeno escolar. Postura esta identificada como crítica e voltada para os grupos majoritários da sociedade, propiciando ao profissional uma abertura para captar o fenômeno educacional onde quer que ele ocorra.

Considerando as características específicas da escola como "locus" institucionalmente privilegiado da transmissão do saber e a escola pública como o ponto de maior convergência das camadas populares, optou-se pelo fortalecimento de uma formação de base comum a todos os pedagogos, em que são trabalhadas, com especial atenção, questões e competências pertinentes à atuação desses profissionais no ensino de 1º Grau e nos cursos destinados à sua formação.

A proposta curricular foi orientada por duas diretrizes básicas:

– a concepção de que a função social do profissional da educação passa fundamentalmente pelo professor, sem, contudo, esgotar-se na função docente;

– a vinculação teoria-prática, privilegiando-se a prática social como fonte de teoria e a teoria como expressão explicitadora da prática que a gera.

1.1 – Concepção de Educador

A concepção de educador abrange a preparação do professor e a do especialista, alicerçadas em nova visão de trabalho pedagógico. Pretende-se oferecer aos futuros profissionais um modo de conceber a relação trabalho-saber que, além de não se identificar com uma relação de dominação, seja uma mediação aberta a outras agências educativas existentes no movimento social.

Tal direção significa reafirmar a relevância da atuação do pedagogo na escola e na sociedade, como profissional que exerce atividades na sala de aula, para além dela e da própria escola, atividades estas que são educativas e que não podem ser adulteradas como funções meramente burocráticas de controle ou ingerência. Para que isso seja possível, o preparo do professor precisa incluir competências envolvendo problemas pedagógicos, como conteúdos de ensino nas séries iniciais do 1º Grau, nas escolas normais, na alfabetização, na educação para o trabalho. Essas competências não podem ser repassadas sob a forma de produtos finais, sem a apropriação de seu pro-

cesso, sob pena de que, na própria formação, se deseduque para uma organização social de trabalho dividido.

Isso não implica tornar a habilitação Magistério mais uma especialização no sentido em que, historicamente, outras especializações surgiram, mas significa que, se o educador inclui o profissional de 1º Grau e os agentes destinados à sua formação, a preparação exclusiva e excludente destes pode não incluir a dimensão globalizante daquele.

A inclusão da habilitação Magistério como obrigatória é também uma resposta à reivindicação dos alunos. De fato, se antes essa modalidade de habilitação não foi ofertada, enquanto outras o foram, torna-se hoje impossível sustentar a continuidade dessas e, ao mesmo tempo, negar aquela. Além disso, tal inclusão oferece ainda estratégia alternativa para a superação do paradoxo, imposto pela legislação, de experiência de magistério para obtenção do diploma de especialista. Dada a heterogeneidade da clientela do curso de Pedagogia quanto à formação em nível de 2º Grau, torna-se cada vez mais difícil o cumprimento dessa exigência, pois grande parte dos alunos não possui a formação mínima necessária ao exercício do magistério. As condições para a superação dessa situação só serão garantidas se inseridas na própria formação do pedagogo.

A opção da Faculdade pela formação do educador, sob cuja dimensão se inclui o profissional da educação, como professor e como especialista, fundamentou-se, pois, nos seguintes aspectos: relevância política do ato educativo como mediação para outras formas de participação social; necessidade de, no próprio processo de formação, imprimir uma nova maneira de conceber a divisão do trabalho no interior da escola; importância do conhecimento, por parte dos especialistas, do trabalho desenvolvido pelos docentes com os quais vão trabalhar; situação crítica dos cursos de formação de professor para as séries iniciais do ensino de 1º Grau; significado do ensino de 1º Grau e necessidade de superação das causas do fracasso escolar nas séries iniciais; características complexas da tarefa docente na fase inicial de escolarização.

1.2 – Vinculação Teoria-Prática

Esta vinculação – traduzida na competência do educador para captar, explicar e transformar os processos

educativos e entendida como prática social e política – será trabalhada ao longo do curso, a fim de que a prática pedagógica não se reduza aos estágios supervisionados ou às práticas de ensino como meros terminais de curso.

A relação entre teoria e prática, todavia, não se faz sem a mediação de objetivos. O objetivo básico dessa proposta é a democratização do saber, aqui privilegiada como a prática transformadora das condições que afetam a maioria dos alunos das escolas públicas de 1º Grau.

A democratização do saber tem a dupla face de ser a devolução da forma de apropriar-se do real e, ao mesmo tempo, a inserção na educação de uma nova cultura que se gesta no interior das formações sociais. Desse modo, privilegia-se a democratização do saber como elemento referente e constituinte de uma prática transformadora das condições de produção da existência dos grupos sociais majoritários da sociedade.

A vinculação teoria-prática como horizonte de atuação deve embasar todo o currículo. A prática, deixada a si própria e vista apenas em suas dimensões manifestas, torna-se tão abstrata quanto uma teoria que se quer autônoma e até criadora do movimento do real. Pensou-se na vinculação num sentido relacional em que a teoria avança à base de uma prática social e esta se explicita à base de uma teoria que a gera. Ora, nesta última dimensão a teoria não pode ser entendida como uma justificativa legitimadora de uma prática reconhecidamente adversa aos interesses majoritários da população.

Assim a teoria, ao mesmo tempo em que nasce de práticas anteriores e as explicita, continua a ser permanentemente gerada pelo próprio avanço das relações sociais. É nesse sentido que uma instituição universitária deve se repensar, a partir das contribuições que a perpassam, e ampliar seu espaço com base em uma reflexão que, não só aponte a sistemática de manutenção da dominação social, mas que abrigue a possibilidade de pensar a ação viva dos sujeitos coletivos majoritários.

Por isso, a proposta da Faculdade de Educação da UFMG em pautar o currículo do curso de Pedagogia pela estreita vinculação entre teoria e prática demonstra o seu comprometimento com um projeto pedagógico voltado para a transformação da realidade. Nessa perspectiva, a formação do educador deverá enfrentar a questão teoria-prática, não mais vista como relação entre

elementos autônomos, mas interligados na configuração da praxis educativa. Isso significa mudar profundamente a concepção de currículo, as relações entre os agentes educativos e entre estes e o objeto de estudo.

Tal processo de transformação implica um redimensionamento, seja nas fronteiras entre os diversos campos do saber, seja na separação entre o ensino superior e a realidade. Tal redimensionamento não se dá espontaneamente, mas como coroamento de uma luta pela hegemonia de um projeto pedagógico. Exige, pois, uma estratégia política para sua consecução, um envolvimento real de todos os agentes educativos no processo de transformação e, sobretudo, o conhecimento da realidade pedagógica que se deseja alterar.

A análise da realidade da Faculdade de Educação evidenciou a necessidade de se eleger uma estratégia capaz de propiciar, paulatinamente, mas de forma profunda e duradoura, as condições concretas de vinculação teoria-prática. A estratégia proposta prevê níveis diferenciados de atividades curriculares de inserção de alunos e professores na realidade educacional e de retorno dessas experiências para o embasamento teórico das disciplinas.

2 – CARACTERÍSTICAS

A proposta curricular procurou assegurar a presença de dimensões importantes para a formação do educador, tais como: inserção mais profunda nas condições de produção da educação, a fim de que, apropriando-se da realidade pelo conhecimento, o educador possa desvendá-la e transformá-la; explicitação de finalidades norteadoras de uma ação educativa, teoricamente fundamentada na contribuição de várias modalidades de conhecimento advindas de outras áreas e na reflexão oriunda do próprio fenômeno educacional; competência para desenvolvimento de ações transformadoras da realidade; reconhecimento da responsabilidade social do educador enquanto sujeito, ele também, do processo educativo em relação à sua prática social.

Esse modelo de formação ampla do educador apresenta duas características que devem ser realçadas:

- a formação semelhante de todos os profissionais e a articulação entre os conteúdos curriculares;

- o papel da disciplina na "Prática Educativa" na vinculação teoria-prática.

2.1 – Identidade na Formação do Educador

O currículo pretende garantir um preparo de base comum para qualquer profissional do curso de Pedagogia. Esse preparo semelhante permitirá a possibilidade de aprofundamento necessário ao exercício de funções delegadas ou de especializações relevantes para o funcionamento do processo pedagógico. A intenção explícita foi a de superar lacunas existentes anteriormente, graças à adoção das seguintes medidas: as competências inexistentes, especialmente as relacionadas ao ensino de 1º Grau, foram aglutinadas na formação de base do profissional da educação, através dos conteúdos da habilitação Magistério, obrigatória para todos os alunos; as habilitações dos especialistas, antes estanques e com especificidade bastante acentuada, foram corrigidas e têm interseções de conteúdos.

Desse modo, as duas habilitações de Magistério possuem um currículo praticamente idêntico, residindo a única diferença no campo de efetivação do estágio supervisionado (escola de 1º Grau ou escola normal). As demais habilitações possuem reduzido número de conteúdos específicos (apenas seis) para cada área, incluído o estágio supervisionado. Além disso, algumas áreas têm disciplinas comuns.

Os conteúdos curriculares comuns contemplam os ângulos de um tripé voltado para a análise do contexto global, a competência nos níveis epistemológico e metodológico e a análise da organização do processo educativo. Um dos pontos centrais é a abordagem globalizante dos fenômenos educacionais, isto é, o estudo das relações existentes entre o processo educativo e as dimensões sociais, econômicas e políticas do contexto em que ele ocorre. Na estrutura curricular, essa orientação se concretiza, entre outras, nas disciplinas Economia, Política, Sociologia, Sociologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação.

A legitimidade da ação do educador tem sido constantemente argüida pela tese de que o fazer pedagógico não pode ser desligado do conteúdo específico das diversas áreas do conhecimento. Assim, outro aspecto priorizado refere-se ao preparo de um profissional capaz de bem ensinar e de compreender a lógica e os pressupos-

tos do que é ensinado. Tal competência é fundamental para o trabalho conjunto com o professor que domina conteúdos específicos, mas que, por si só, não tece a rede de uma proposta pedagógica consistente e enraizada em um contexto escolar específico ou no processo pedagógico mais global.

Contudo, para que o pedagogo atue e intervenha nessa direção, há que dominar a gênese de construção da lógica nos campos conceituais, de modo a explicitar os processos de apreensão dos alunos, as áreas de dificuldades e lacunas, as alternativas de intervenção e as possibilidades metodológicas do professor.

O currículo apresenta inúmeras disciplinas direcionadas para o estudo da dimensão epistemológica em diferentes campos conceituais (Psicologia da Educação, Fundamentos do Ensino de Matemática, História e Geografia, Ciências Físicas e Biológicas e Língua Materna) e para o exame de seus aspectos metodológicos (Metodologias de Ensino).

Finalmente, o terceiro ponto diz respeito ao significado da organização em que o educador irá atuar. Foram propostas disciplinas voltadas para a análise da organização do trabalho, sobretudo do trabalho pedagógico, tal como se configura na estrutura do sistema de ensino e na unidade escolar. Abrangem, também, o exame das relações de trabalho e das relações sociais em que se dá o trabalho do profissional, sua relação com os instrumentos de trabalho, os níveis de controle de sua produção. Essa diretriz se manifesta, entre outros, nos conteúdos Organização da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino, Currículos e Programas.

2.2 – A Disciplina “Prática Educativa”

Esta disciplina é peça-chave na vinculação teoria-prática, pois deverá propiciar fundamentação e instrumentalização para o trabalho acadêmico e o conhecimento da realidade educacional. Com características especiais, a disciplina é um conteúdo integrador, interdisciplinar e interdepartamental que deve efetivar a inserção de alunos e professores na realidade educacional, onde quer que ela se encontre – seja na escola ou em outras instituições – e o retorno dessas experiências para se

tomarem o núcleo de reflexão teórica de todas as disciplinas. A inserção na realidade far-se-á num crescendo, que abrangerá desde a observação e a análise de diferentes tipos e formas de educação escolar e não-escolar até a responsabilidade por projetos específicos, encargos docentes e outras formas de atuação pedagógica.

Ao englobar o “Estágio Supervisionado” nos períodos terminais do curso, a Prática Educativa descortina-lhe nova perspectiva: não se trata apenas de um momento de aplicação dos conhecimentos teóricos, de conhecimento da realidade do trabalho ou de treinamento na profissão, mas da inserção do aluno na realidade, em condições de compreender as relações que perpassam o mundo do trabalho, de atuar sobre elas e ultrapassá-las.

Funcionando como elo de ligação entre a Faculdade e as diversas instituições educativas, a disciplina é um canal com dois sentidos – Faculdade de Educação ↔ Instituições –, de modo a permitir que o exame e a análise de diferentes formas de atuação revertam em aprimoramento da prática e em aprofundamento das questões ligadas aos conteúdos do curso de Pedagogia.

3 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Todas as atividades de implantação do novo currículo estão sendo devidamente acompanhadas e avaliadas, pois é a partir desse trabalho que emergirão sugestões para reajustamentos desejáveis e necessários ao aperfeiçoamento da proposta.

Concebeu-se a avaliação como um processo contínuo – parte integrante da atuação educativa – e como um processo participativo, em que o grupo envolvido não só julga a prática pedagógica em seus diversos níveis, mas também busca criticamente alternativas para modificação de sua prática, na tentativa de superar os problemas encontrados. Tal metodologia de avaliação possibilitará maior participação de professores e estudantes, garantindo a dimensão educativa do processo que conduz todos a uma postura reflexiva frente às suas propostas e aos resultados de suas ações.